

8º Exame de Ordem - 2ª fase - 1998

Direito Civil

1. João, terceiro filho do casal, José e Maria, já então falecidos, tendo completado 17 anos de idade, partiu de sua cidade no interior de Goiás rumo a capital, para se apresentar junto ao Serviço Militar obrigatório, pois tencionava seguir carreira no Exército, levando consigo o único documento que possuía, ou seja, a certidão de batismo, onde constava o nome de seus pais, seus avós e padrinhos, vindo a descobrir então que não fora registrado no Registro Civil, fato esse confirmado por seu irmão mais velho, uma vez que em sua cidade de origem na época de seu nascimento não havia cartório, razão pela qual seus pais, estes devidamente casados, optaram tão só por providenciar o seu batizado. Procurado por João, apresente a solução para a hipótese, desenvolvendo a necessária peça jurídica.

Nome do advogado: Levi Carneiro

2. José, proprietário de dois imóveis, casado com Maria, falece ab intestato, deixando cinco filhos maiores.

Aberto o respectivo inventário, Maria renuncia expressamente, por termo nos autos, à sua quota parte, o fazendo, também expressamente, em favor dos filhos.

Trata-se, como se vê, de uma renúncia a que a doutrina chama de "traslativa".

Pergunta-se: é válida tal renúncia, nos termos do direito positivo brasileiro?

Fundamente a resposta.

3. Martinho Lazário, na qualidade de proprietário de um imóvel situado na Estrada do Passa Vinte, tencionava usucapir pequena extensão de terra contígua a sua propriedade, medindo 12 X 30, que utilizava como sua, com *ánimus domini*, há mais de 30 anos. Ao reunir a necessária documentação para esse fim, culminou por saber que dita área em verdade configurava o primeiro trecho de uma rua projetada, para fins de ligação urbana por ocasião do futuro loteamento de uma vasta extensão de terras que confinava com o imóvel usucapiendo. Talvez, em razão mesmo da posse exercida por Martinho, tanto a Municipalidade quanto o proprietário de referidas terras confinantes, não atinaram para esse detalhe, vindo a aprovar o traçado urbanístico de novo bairro ignorando aquela possível via de ligação, culminando por inviabilizar completamente qualquer possibilidade de seu uso como rua. Diante do exposto, justifique a possibilidade ou não do usucapião na hipótese.

4. João Grillo, réu em ação de desapropriação promovida pela União, que visava a construção de uma rodovia sobre terras de sua propriedade, discordou do preço encontrado pela avaliação, uma vez que a União atribuiu ínfimo valor a vasto trecho situado em área de preservação permanente, coberto por matas, por onde passaria a estrada, alegando depreciação do mesmo em razão da impossibilidade de seu aproveitamento econômico pelo proprietário, daí porque entendia senão ínfimo de nenhum valor a indenização de ditas terras, em razão do gravame legal existente. João Grillo deve ser indenizado ou tem razão a União? Como advogado de João justifique a posição adotada em seu favor.

5. Durante a viagem de um coletivo da Viação X, dois meliantes armados anunciaram um assalto, vindo em seguida a assassinar a tiros uma passageira que tentava esconder um relógio debaixo do banco. A família da vítima ingressou com ação indenizatória contra a transportadora alegando responsabilidade objetiva da empresa, uma vez que ficou configurado onexo, o prejuízo e contrato de transporte, sendo presumida a culpa da transportadora que não cuidou da segurança da viagem. Deve a transportadora ser condenada a indenizar? Justifique.

6. Cresco, com fincas nas disposições do artigo 66 da lei 8.245/91, aproveitando-se da ausência do locatário imitiu-se na posse do imóvel alegando que o mesmo era desleixado e pouco cuidadoso com a coisa locada. Quando retomou de sua viagem, Bernardo, o locatário, procurou-o como advogado(a) para as providências cabíveis. Resolva a hipótese, justificando o significado de abandono do texto legal em comento.

Direito Penal

1. Durante uma acirrada discussão, Mário profere diversos insultos contra João, afirmando ser ele "safado", "escroque" e "salafrário" e, ainda, que o mesmo havia danificado seu automóvel na noite de natal (25 de dezembro de 1998). Ressalte-se que a discussão foi presenciada pelos senhores André, Filipe e Andrade.

No dia 11 de janeiro do corrente, João comparece ao seu escritório e contrata seus serviços profissionais, a fim de serem tomadas as medidas cabíveis ao caso.

Como advogado de João, redija a peça processual adequada aos fatos acima expostos, sendo imprescindível a sua fundamentação legal.

Nome do advogado: Tício Azevedo

2. Em face à crise econômica e não tendo como suportar grande parte das despesas existentes, o presidente da empresa "Rochford-empresendimentos", Sr. Roque Feller Júnior, deixa de recolher, ao INSS, o percentual referente às contribuições previdenciárias dos empregados, não obstante ter sido procedido ao desconto das referidas contribuições na folha de pagamento dos empregados.

A prática da conduta acima descrita teve como motivação a opção do empresário em promover o pagamento dos salários dos empregados da empresa. Se, caso contrário, Roque Júnior tivesse decidido pelo recolhimento das contribuições acima, sua empresa não teria como efetuar o pagamento das remunerações empregatícias.

Qual é a situação jurídico-penal de Roque Feller Júnior? Fundamente sua resposta.

3. Armando Silva é condenado pelo Juiz da 4ª Vara Criminal, pela prática do delito de lesão corporal (gravíssima). O defensor de Armando alegou, como tese defensiva, a negativa de autoria. Embora a autoria estivesse devidamente comprovada, todas as provas contidas nos autos do processo demonstraram que Armando havia se defendido no momento em que a vítima estava atacando-lhe com um pedaço de madeira.

Comente:

- a) a tese de defesa adotada pelo defensor de Armando.
- b) a sentença proferida pelo citado Juiz.

Fundamente as respostas.

4. Miriam Moura, filha de um rico empresário brasileiro, é seqüestrada por um delinqüente conhecido pela alcunha de "Raul Seqüestrador". O criminoso exigiu o pagamento de dois milhões de reais, como condição para libertar a vítima do cativo. Ocorre que o referido seqüestrador acabou sendo preso pela polícia, antes de receber a importância pecuniária exigida, quando do "estouro" do cativo.

Qual é a situação jurídico-penal de "Raul Seqüestrador"? Fundamente sua resposta.

5. Joselina é contratada como governanta pela Sra. Marta. Após a aludida contratação, a Sra. Marta viaja com seu marido, deixando seus filhos, todos com menos de cinco anos de idade, sob a guarda da referida governanta.

Na primeira oportunidade, Joselina furta diversos objetos deixados na citada residência e abandona as referidas crianças, deixando-as entregues à própria sorte.

Qual(is) o(s) crime(s) praticado(s) pela empregada? Justifique.

6. Durante uma luta de boxe, Marcelo Stefano causa várias lesões em Flávio Fortes, ficando este último fora das competições desportivas por 3 (três) meses. Qual a situação jurídico-penal de Marcelo Stefano, abordando, para tanto, as seguintes hipóteses:

- a) Marcelo seguiu rigorosamente as normas regulamentadoras do citado esporte;
- b) Marcelo teria infringido as regras desportivas.
- c) Fundamente as respostas.

Direito Trabalhista

1. De uma Sentença trabalhista concedendo diferenças de horas extras com o adicional de 50% e os reflexos delas nos direitos do Reclamante, seu cliente (o Reclamado) quer recorrer porque provou documentalmente nos autos, que pagara as mesmas regularmente, integrando-as como e quando devidas.

Faça o recurso competente, dirigindo-o à autoridade que deverá recebê-lo para encaminhamento ao órgão que o julgará, indicando na petição própria o que está acompanhando o recurso para não ser ele julgado deserto; sabe-se que a sentença foi postada nos Correios em 10 de dezembro/97 (6ª feira) e recebida na 2ª feira (04/12) e você dirá a data em que fez e protocolou o recurso para que ele seja tempestivo. Diga no corpo da petição qual é o tipo de recurso que você está interpondo, bem como sua fundamentação legal e respectivos pressupostos.

Nome do advogado: Targino Ribeiro.

2. Maria Eunice, que contava 13 anos, trabalhou como faxineira de 01/01/97 a 31/10/97 em uma casa de lenocínio. Jamais recebeu qualquer pagamento em dinheiro, pois aceitou trabalhar a troca de casa e comida.

Indaga-se:

- a) configurou-se relação empregatícia?
- b) o contrato de trabalho seria nulo?
- c) Maria Eunice teria direito a salários?
- d) o trabalho prestado por Maria Eunice era ilícito ou proibido?

Responder fundamentadamente.

3. O Hotel Capricórnio impetrou Mandado de Segurança contra ato do Juiz da 1ª Junta de Olaria, que indeferiu a substituição da penhora, sob o fundamento de desobediência ao disposto no art. 655, CPC e no art. 15, da Lei nº 6.830/80.

Aduz o Hotel que o referido ato abusivo é ilegal, pois afronta o art. 670 do CPC, sendo meio de coação contra o devedor, dizendo ainda violados os arts. 656 e 659, do CPC e que a ordem de preferência inscrita no art. 655, do mesmo Código, não justifica a negativa da substituição porque o numerário penhorado não garante integralmente a execução.

Pergunta-se: a indagação por parte da Executada, de fiança bancária, em Execução provisória, está agasalhada em lei? Garante o valor integral da dívida da mesma forma que a penhora em dinheiro? Fundamentar.

4. Durante a vigência do contrato de trabalho, a empregada Maria da Penha, entregou ao empregador, atestado médico liberando-a de trabalhar, por motivo de doença, pelo prazo de 15 dias. O referido atestado preenche todas as formalidades legais. Indaga-se:

a) esse atestado médico interrompe o contrato de trabalho por 15 dias?

b) esse atestado suspende o contrato de trabalho por 15 dias?

Fundamentar.

5. A empresa H. D. Construções deixou de recolher os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de todo contrato de trabalho de Jose de Oliveira, que se iniciou em 01/01/96. A empresa cima mencionada não só deixou de recolher essa obrigação contratual, como não requereu o parcelamento da dívida junto ao órgão competente.

Que medida poderá tomar José de Oliveira? Fundamentar.

6. A empresa de construção civil, Cruz Almeida Simão Ltda., no curso da demanda trabalhista movida pelo seu ex-empregado, José de Oliveira e Silva, vendeu o único patrimônio da firma, constituído de um imóvel, a fim de não quitar as obrigações trabalhistas do empregado-reclamante, de valor elevado.

Homologados os cálculos e notificado o executado para o pagamento do valor, no prazo fixado, incorreram o pagamento ou nomeação de bens à penhora.

Certificou o Oficial de Justiça e Avaliador, inexistir o que penhorar na Reclamada-devedora.

Que providências poderá tomar o Exeqüente? Fundamentar.

Direito Administrativo

1. Elabore um parecer, em resposta a questão abaixo, assinado-o como "MANOEL DA SILVA", para que a sua prova não seja identificada, sob pena de nulidade:

São competentes os Tribunais de Constas para o exercício do controle externo das concessões de serviços públicos?

2. A atividade administrativa poder de polícia comporta exercício discricionário? Se afirmativa a resposta, haveria condições exigíveis para a regularidade desse exercício?

3. Servidor público municipal, que se encontra há mais de 4 anos, devidamente autorizado, à disposição de órgão estadual, pede transferência para cargo de igual denominação dos quadros funcionais do Estado ao qual está prestando serviço, perfeitamente adaptado. Tal transferência consultaria, inclusive, o interesse do órgão estadual em que está lotado. O Estado poderia atender-lhe a pretensão?

4. Pode ser objeto de anulação o ato de exoneração publicado como tendo sido a pedido, de um ocupante de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, sem que o exonerado tenha formulado qualquer pedido de afastamento do cargo?

5. Em que se distinguem o uso e a ocupação temporária de propriedade particular pelo Poder Público?

6. Indagado a respeito em uma consulta, que esclarecimento você prestaria a um cliente sobre a diferença entre loteamento e desmembramento de um terreno de propriedade dele, ocupando toda a extensão de um quarteirão, em cujo parcelamento ele se manifesta interessado?

Direito Tributário

1. É legítima a pretensão da Fazenda Pública de cobrar imposto de, renda decorrente de rendimentos do tráfico ilícito de drogas?

Justifique a resposta indicando a posição do STF.

2. A Lei "X", que instituiu o imposto "Y", foi publicada no D.O. de 17.11.98, omissa quanto a vigência.

Pergunta-se:

a) em que data a referida norma jurídica terá capacidade de produzir efeitos (exigir o imposto Y)?

b) qual a definição de eficácia?

3. A medida provisória XYZ, instituiu contribuição social prevista no art. 149 da Constituição da República Federativa do Brasil.

A referida norma foi convertida em lei.

Após a conversão, quanto tempo terá que esperar o sujeito ativo da obrigação para exigir o tributo?

Justifique a resposta, expondo a posição do STF.

4. Qual a diferença entre o princípio da anualidade e o da anterioridade?

5. Quais são as espécies tributárias?

6. O gerente do Banco Itaú, da agência de Itaperuna, no interior do Estado do Rio de Janeiro, recebeu intimação escrita da autoridade administrativa (fiscal de tributos) solicitando todas as informações com relação aos bens e negócios, assim como cópia dos extratos da conta

corrente do Sr. José Leôncio Harrison.

A intimação, fundamentada no art. 197, 11 do Código Tributário Nacional - CTN, determina que o gerente informe a movimentação bancária dos últimos cinco anos do correntista.

O gerente lhe consulta indagando como proceder.

Na condição de advogado do Departamento Jurídico do Banco, emita parecer abordando a questão do sigilo bancário, indicando a fundamentação constitucional e jurisprudencial, respondendo se o gerente tem ou não o dever jurídico de prestar as referidas informações.

Nome do advogado: Prado Kelly

Direito Comercial

1. O Banco Disa S/A celebrou contrato de mútuo com a Cia. Itaúna de Dragagem, o qual tinha como garantia um contrato acessório de arrendamento mercantil (Lease Back), firmando pelas mesmas partes.

Tendo-se notícia da falência da devedora arrendatária, o advogado José Soares foi procurado pelo Banco para tomar as medidas judiciais necessárias para defender os direitos do credor.

Partindo da premissa de que o inadimplemento da devedora foi anterior à quebra, redigir a petição inicial cabível, atendendo aos requisitos legais.

Nome do advogado: Trajano de Miranda Valverde.

2. No caso de falência do emitente, pode o sacado efetuar o pagamento do cheque? Fundamente a resposta.

3. Na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, o uso abusivo da razão social, além dos poderes de gerência, obriga a empresa? Fundamente a resposta.

4. Qual a finalidade da cláusula não à ordem na nota promissória?

5. O voto é um direito essencial do acionista? Fundamente a resposta.

6. Quais os efeitos da falência em relação aos contratos bilaterais do falido? Fundamente a resposta.